



REPÚBLICA DE ANGOLA

Embaixada da República de Angola na República Portuguesa

RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

12 de Maio de 2025

Elaborado por: Serviços de Imprensa

Av.^a da República nº68, 1069-213
Lisboa - Portugal
Telf.: (+351) 965902180
Fax: (+351) 217 951 778
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt



mirex.gov.ao
Ministério das Relações Exteriores

JORNAL DE ANGOLA *On Line*

SEGUNDA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 2025

Chefe de Estado a caminho do Gabão para visita oficial

O Chefe de Estado, João Lourenço, está a caminho do Gabão, para uma visita oficial a convite do Presidente gabonês, Brice Oligui Nguema.

Antes de deixar o país, a partir do Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, em Luanda, João Lourenço recebeu cumprimentos de despedida da Vice-Presidente da República, Esperança da Costa, ministros de Estado, ministros, entre outros membros do Governo.

Segundo uma nota da Presidência da República, será uma visita breve, com toda a actividade do programa concentrada num único dia e onde constam um tête-a-tête entre os dois Chefes de Estado e depois uma conversa alargada aos integrantes das duas delegações.

A visita dará lugar à assinatura de acordos de cooperação em diferentes domínios. O programa prevê, também, um momento com a imprensa, onde o Presidente João Lourenço e o Presidente Brice Oligui Nguema especificarão os novos rumos das relações bilaterais, entre outros temas actuais.

O Chefe de Estado, João Lourenço, regressa ainda hoje a Luanda. *(J.A.)++++*

Angola reafirma apoio à participação das mulheres na resolução de conflitos

Angola reafirmou, em Nova Iorque, o apoio à iniciativa do Secretário-Geral da ONU, António Guterres, por considerar um imperativo estratégico para garantir a sustentabilidade dos processos de paz o envolvimento de mulheres em todas as fases de resolução de conflitos.

O apoio foi vincado sexta-feira pelo representante permanente de Angola junto das Nações Unidas, Francisco José da Cruz, que acrescentou à iniciativa os pontos fortes do envolvimento comunitário para a estabilidade a longo prazo.

Durante um evento paralelo sobre o “Compromisso comum para a participação plena, igualitária e significativa das Mulheres nos Processos de Paz”, co-presidida por Angola e a Suíça, o diplomata exaltou a realização do evento, numa altura em que se celebra o 30.º aniversário da Declaração e Plataforma de Acção de Pequim (1995) e o 25.º aniversário da Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança da ONU sobre Mulheres, Paz e Segurança (MPS).

De acordo com o embaixador, o papel das mulheres na construção da paz é uma realidade inquestionável e o seu envolvimento é essencial, dada a relevância nas dinâmicas comunitárias, as experiências directas com o impacto dos conflitos e a capacidade de promover o diálogo e a reconciliação.

O Plano de Acção Nacional Mulher, Paz e Segurança do Governo de Angola, disse, aumentou a participação das mulheres nos processos de tomada de decisão e o seu envolvimento total em todos os esforços para manter e promover a paz e a estabilidade no país e em África.

“A nossa experiência em reconciliação nacional após um longo conflito interno ensinou-nos a importância de envolver as mulheres em todas as fases dos processos de paz”, reforçou. O embaixador lembrou, igualmente, que em

Outubro de 2024 Angola acolheu o Fórum de Mulheres de Alto Nível da Região dos Grandes Lagos para discutir formas de fortalecer a participação das mulheres e o seu poder de diálogo, colaboração e a sua firme determinação em construir um futuro mais pacífico e próspero para o continente africano.

Francisco José da Cruz referiu que enquanto actual presidente da União Africana (UA), o país considera fundamental o papel das mulheres na resolução de conflitos e encoraja os Estados-membros a garantir uma representação mais igualitária das mulheres em todos os aspectos dos processos de paz, incluindo as fases de concepção e implementação.

Ao longo da sua abordagem, elencou quatro acções fundamentais que devem nortear o reforço da participação plena, igualitária e significativa das mulheres em todos os processos de paz e mediação, nomeadamente renovar a vontade política para a implementação eficaz do quadro normativo sobre Mulheres, Paz e Segurança (MPS) a nível nacional, regional e internacional e alargar os programas de formação para melhorar as competências das mulheres nos processos de mediação e na participação em missões de manutenção da paz.

O responsável afirmou também ser necessário acelerar a integração da dimensão da igualdade de género nos cargos de chefia na prevenção, gestão e resolução de conflitos e aumentar o financiamento para a implementação completa da agenda MPS a nível global.

Em conformidade com a histórica resolução 1325 (2000), o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, lançou a 24 de Outubro de 2024 o “Compromisso Comum para a Participação Plena, Igualitária e Significativa das Mulheres nos Processos de Paz” para reforçar o papel das mulheres nos processos de paz, convocando os Estados-membros, as

entidades da ONU, as Organizações Regionais e a Sociedade Civil a passarem do compromisso à acção.

Diálogo Interactivo Conjunto sobre a Revisão de 2025

Intervindo no Diálogo Interactivo Conjunto sobre a Revisão de 2025 da Arquitectura de Consolidação da Paz, realizado sexta-feira, o representante permanente de Angola na ONU defendeu o reforço do papel da Comissão de Consolidação da Paz (PBC) para garantir uma maior credibilidade ao trabalho, aumentando a capacidade do Gabinete de Apoio à Consolidação da Paz para melhor cumprir o papel e as responsabilidades.

Francisco José da Cruz realçou a necessidade de alargar a coordenação e o alinhamento da PBC com os principais órgãos deliberativos, para reforçar o papel político e consultivo, especialmente em relação ao Conselho de Segurança, sobre as ligações entre os mandatos das operações de manutenção da paz e as tarefas de consolidação da paz. *(J.A.)++++*

Executivo justifica retirada das actas-síntese para simplificar apuramento eleitoral

O ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, justificou a retirada das actas-sínteses das assembleias de voto com a finalidade de tornar o processo de apuramento eleitoral o mais simples e transparente possível, reduzindo, assim, potenciais erros de transcrição dos resultados.

Adão de Almeida fez esta abordagem durante a “Grande Entrevista” da Televisão Pública de Angola, adiantando que se pretende, com a iniciativa, sair de um modelo que leva à redundância, referindo-se ao sistema actual, na qual as actas das mesas e as sínteses são produzidas e encaminhadas para o apuramento.

“A unidade fundamental de apuramento é a mesa de voto e não a assembleia. O cidadão vota na mesa, e é a acta dessa mesa que reflecte fielmente o resultado do sufrágio”, afirmou o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República.

Para o ministro de Estado, o processo de elaboração da acta-síntese, que consiste na soma manual dos resultados de cada mesa de voto, apresenta margem para erros humanos e incoerências entre documentos. “Essas incongruências não são hipotéticas, são reais e já ocorreram”, alertou.

Entretanto, a proposta tem gerado críticas do maior partido da oposição, a UNITA, que argumenta que a acta-síntese é um mecanismo de transparência essencial, por permitir um resumo geral de cada assembleia de voto. Adão de Almeida acrescentou, neste caso, que o partido UNITA acredita que a retirada pode reduzir a confiança no processo eleitoral.

De acordo com o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, a acta-síntese, documento que compila os resultados de todas as mesas de uma assembleia de voto, não é necessária e pode, inclusive, gerar conflitos nos números.

“Não é um problema de ser ou não importante. A questão está na redundância e na possibilidade de incongruência entre documentos, o que fragiliza o processo”, referiu. A título de exemplo, Adão de Almeida explicou que, no modelo eleitoral do país, a escola funciona como assembleia de voto, composta por várias salas, cada uma sendo uma mesa de voto.

Para o governante, a mesa de voto é a verdadeira unidade de apuramento e deve ser o único nível considerado na consolidação dos resultados. O ministro de Estado ressaltou que o actual sistema permite que erros humanos ocorram na

transcrição de dados das actas das mesas para a acta-síntese. “Esses erros não são hipotéticos, são reais. Temos exemplos de situações em que as actas não coincidem, gerando dúvidas e desconfiança”, disse.

Reafirmou que a proposta de eliminar a acta-síntese visa tornar o processo mais simples e transparente. “É mais transparente que se faça a divulgação e o apuramento a partir da acta da mesa de voto, que pode ser afixada publicamente e acompanhada pelos delegados de lista dos partidos”, reforçou Adão de Almeida.

O ministro de Estado, ainda, rebateu as acusações de que a medida abre margem para fraude. “Há uma tentativa de colar a retirada da acta-síntese à ideia de fraude. Mas isso não corresponde à realidade. Vários países da CPLP e da SADC não utilizam a acta-síntese da forma como a usamos, como a África do Sul, Namíbia, Moçambique, Brasil e Portugal”, ressaltou.

Adão de Almeida sublinhou que a proposta do Executivo não difere, em essência, de outras propostas já feitas no passado por partidos da oposição, como a própria UNITA, que anteriormente se manifestou contra a acta-síntese e a favor do apuramento com base exclusivamente nas actas das mesas de voto. (J.A.)++++

União Africana realiza conferência sobre gestão da dívida pública

A gestão da dívida pública em África é o tema de uma conferência a ser promovida, a partir de hoje, em Lomé, capital do Togo, pelo Departamento de Desenvolvimento Económico, Turismo, Comércio, Indústria e Minerais (ETTİM) da Comissão da União Africana.

O evento, de acordo com informações disponíveis na página oficial da União Africana, tem a duração de três dias e

vai reflectir sobre o tema a “Agenda de Gestão da Dívida Pública de África: Restaurando e Salvaguardando a Sustentabilidade da Dívida”.

Participam no certame, além dos Estados-membros da União Africana, formuladores de políticas públicas, especialistas financeiros e principais partes interessadas, incluindo representantes dos Ministérios das Finanças, Bancos Centrais Africanos, Comunidades Económicas Regionais, Instituições Financeiras Multilaterais Africanas e Organizações da Sociedade Civil.

Com a promoção da conferência, a União Africana, actualmente, liderada pelo Presidente João Lourenço, espera facilitar o intercâmbio de conhecimentos e partilhar práticas de ponta em gestão da dívida nos Estados-membros, para além de formular uma posição sobre as reformas necessárias à actual arquitectura financeira global para enfrentar a actual crise da dívida no continente.

De igual modo, a organização continental prevê, com o evento, formular e discutir mecanismos inovadores de financiamento da dívida para garantir novos financiamentos, mantendo a sustentabilidade da dívida, com realce para a importância de explorar e recomendar práticas sólidas de gestão da dívida, necessárias para restaurar e salvaguardar a sustentabilidade da dívida pública em África.

Relatório das Nações Unidas

Um relatório recente das Nações Unidas estima que África precisa entre 1,3 e 1,6 trilião de dólares a mais para atingir os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as aspirações da Agenda 2063.

O relatório, denominado “Resolver a dívida de África: Rumo a uma solução duradoura e estável”, publicado, em inglês, pelo Escritório da Conselheira Especial da ONU para a região, destaca que a questão dos empréstimos continua a

representar uma ferramenta necessária para resolver as crises crescentes de dificuldades financeiras, mudanças climáticas, insegurança alimentar e conflitos persistentes.

As estratégias de empréstimos para os países africanos, acrescenta o relatório, precisam de estar assentes em planos de investimento bem concebidos, enfatizando a ONU que é preciso reexaminar a dependência histórica de África em relação a instrumentos de dívida para lidar com restrições estruturais e desbloquear oportunidades económicas.

Ao promover o crescimento económico e garantir a sustentabilidade da dívida, o débito pode tornar-se uma ferramenta para o progresso, em vez de um obstáculo. O estudo faz, ainda, um apelo à acção para que as nações africanas recuperem a legítima autonomia financeira e os parceiros de desenvolvimento transformem o mecanismo de financiamento internacional numa plataforma contemporânea com vantagens.

O estudo destaca, também, que as estratégias de empréstimos para os países africanos precisam de estar baseadas em planos de investimento bem concebidos. Este modelo, refere o relatório, deve estar associado à Agenda 2030 e à Agenda 2063 da União Africana, visando proporcionar a transformação económica necessária.

Para a conselheira especial do Secretário-Geral da ONU para a África, Cristina Duarte, o recurso a empréstimos é um modo importante de financiamento, sublinhando que, embora muitos países estejam em dificuldades, a África não deve ser tratada como um continente completamente endividado.

Para a subsecretária-geral da ONU, essa mudança de perspectiva requer um alinhamento das estratégias de dívida com as prioridades de desenvolvimento de longo prazo do continente. *(J.A.)++++*

Mensagem entregue à União Africana

Uma mensagem do Rei Letsie III, do Reino do Lesoto, foi entregue, sexta-feira, ao presidente da Comissão da União Africana, Mahmoud Ali Youssouf, durante a audiência que concedeu à embaixadora na Etiópia e representante permanente junto da UA, Ntsiuoa Sekete.

A diplomata fez a entrega da missiva durante uma visita de cortesia ao presidente da Comissão da União Africana, durante a qual reafirmou o apoio do Lesoto ao mandato da União Africana, actualmente liderado pelo Presidente João Lourenço, particularmente na integração regional através da Zona de Comércio Livre Continental (ZCLC), para impulsionar o comércio intra-africano.

A ocasião serviu, ainda, para discutirem as reformas da Comissão da União Africana (CUA), que visam tornar a organização mais eficaz e eficiente. (J.A.)++++

PGR partilha estratégias contra o crime organizado

A Procuradoria-Geral da República (PGR) partilhou as estratégias que tem vindo a aplicar no combate ao crime organizado, terrorismo radiológico, segurança e controlo nuclear, na reunião do Grupo de Trabalho da Interpol para África Austral (GEIGER), realizada de 6 a 9 deste mês, em Pretória, África do Sul.

De acordo com um comunicado da PGR, o país foi representado por uma delegação liderada pelo procurador da República, Dionísio de Jesus, e que integrou, também, representantes do Serviço de Inteligência e Segurança do Estado (SINSE), da Agência Reguladora de Energia Atómica (AREA) e do Serviço de Investigação Criminal (SIC), a convite do Secretariado-Geral da Interpol.

O Grupo de Trabalho da Interpol foi criado no âmbito do projecto com o mesmo nome, coordenado pela Direcção de Prevenção ao Terrorismo Radioactivo e Nuclear da Interpol, com o objectivo de apoiar os países da SADC na prevenção e combate ao crime organizado, terrorismo radiológico, assim como na segurança e controlo nuclear.

Durante o encontro, foram partilhadas informações sobre técnicas de investigação, tendências emergentes, ameaças e casos reais relacionados com este tipo de criminalidade, com a participação activa de especialistas e órgãos de aplicação da lei dos Estados-membros da região.

A delegação angolana foi, ainda, convidada a participar de uma reunião restrita com especialistas da Interpol, onde foram discutidas informações sensíveis e emitidas recomendações técnicas e operacionais para reforçar a cooperação regional e o combate eficaz a este tipo de ameaças. (J.A.)++++

Deolinda Rodrigues entre as 100 mulheres mais influentes de Angola

A nacionalista Deolinda Rodrigues foi distinguida, sábado, a título postumo, como uma das 100 mulheres mais influentes de Angola. A homenagem foi promovida pela revista “O Telegrama”, durante uma gala realizada numa unidade hoteleira de Luanda, que reuniu figuras destacadas do panorama político, social e empresarial do país.

O galardão da co-fundadora da Organização da Mulher Angolana foi entregue ao irmão Roberto de Almeida, que, na ocasião, destacou as qualidades da irmã na defesa dos Direitos Humanos e na luta pela Independência Nacional.

Além de Deolinda Rodrigues, foram também distinguidas a presidente da Assembleia Nacional, Carolina Cerqueira, reconhecida pela liderança impactante em 2024 e a trajectória inspiradora na carreira, tendo dedicado a distinção “a

todas as mulheres anónimas, mães angolanas e educadoras, que moldam o futuro das crianças e da juventude, em nome de uma Angola mais próspera, pacífica e socialmente justa”. A lista de galardeadas inclui, ainda, outras figuras femininas de relevo no cenário político nacional, nomeadamente as deputadas Arlete Chimbinda, Ângela Bragança, Idalina Valente, Florbela Malaquias e Joana Tomás.

A vice-presidente do MPLA, Mara Quiosa, figura também entre as distinguidas.

A segunda edição da gala organizada pela revista “O Telegrama” contou, pela primeira vez, com um corpo de jurados composto por nove das 100 mulheres eleitas na edição anterior.

Os critérios de avaliação, de acordo com o corpo de juradas, liderado pela presidente do Conselho de Administração do Banco Keve, Elsa da Silva, envolveram aspectos como a liderança, influência e impacto social.

Integraram, ainda, o corpo de juradas Natacha Barradas, Patrícia Faria, Natacha Massano, Yara Mupei, Cristina Silvestre, Heymée Cogie e Kâmia Madeira, que, em conjunto, reconheceram mulheres de várias áreas, pelo contributo notável à sociedade angolana.

A iniciativa, de periodicidade anual, visa reconhecer o potencial das mulheres angolanas e a sua representatividade crescente nos poderes legislativo, Executivo e Judicial e na sociedade civil. (J.A.)++++

Fundo Soberano na Conferência sobre Investimento e Desenvolvimento Sustentável

O presidente do Conselho de Administração do Fundo Soberano de Angola (FSDEA) discursa hoje, na sessão de encerramento da 11ª edição da Cambridge Africa Together Conference, a decorrer desde sexta-feira até hoje na

Universidade de Cambridge, Reino Unido. Armando Manuel será orador convidado num dos painéis principais, dedicado ao tema "Resiliência Económica, Financiamento e Acesso aos Mercados", cujo painel também vai servir para abordar a "Importância das Parcerias Estratégicas e da Estabilidade Institucional como Alicerces para Crescimento Inclusivo e Sustentável em África.

Sob o tema “Flames of the Big Four, Shining with Many More”, abordará temáticas macro-económicas e propõe uma reflexão crítica e abrangente sobre os paradigmas actuais de investimento em África, centrada nos principais destinos de capital estrangeiro.

De acordo com a nota enviada ao Jornal de Angola, a intervenção de Armando Manuel incidirá sobre a necessidade de mobilização de recursos financeiros, tanto públicos quanto privados, para financiar sectores produtivos estratégicos em África, destacando o contributo do FSDEA para a diversificação económica.

Referenciada entre as mais relevantes plataformas académicas e estratégicas da diáspora africana na Europa, a Conferência reúne anualmente líderes de pensamento, académicos, decisores políticos e representantes do sector empresarial para discutir os mecanismos para o alcance do desenvolvimento sustentável do continente.

Entre os países africanos presentes, além de Angola, o destaque recai para a Nigéria, África do Sul, Quênia e Egipto, cuja participação permitirá dar contribuições sobre as respectivas experiências de modo a aferir o papel crescente de outras economias emergentes, entre as quais Angola, no reposicionamento económico e geoestratégico do continente.

O evento conta com a presença de mais de 250 participantes, incluindo Chefes de Estado, académicos de renome, estudantes de pós-graduação, empresários e responsáveis

por organismos multilaterais. Entre os oradores confirmados figuram personalidades de elevado prestígio, como o Vice-Presidente da República do Botswana, Ndaba Gaolathe, a empreendedora e economista Patrícia Nzolantima, o professor Tumani Corrah, investigador e académico de referência na área da Saúde Pública em África. (J.A.)++++

Programa agro-alimentar prevê ter um aumento de 45 por cento

O lançamento da Estratégia e Plano de Acção de Kampala 2026-2035, do Programa Integral de Desenvolvimento Agrícola Africano (CAADP) da União Africana visa mobilizar 100 biliões de dólares, aumentar a produção agro-alimentar em 45 por cento, triplicar o comércio intra-africano de produtos agrícolas e reduzir as perdas pós-colheita pela metade.

O CAADP é uma iniciativa continental da Agenda 2063, que visa ajudar os países africanos a eliminar a fome e reduzir a pobreza, impulsionando o crescimento económico por meio do desenvolvimento liderado pela agricultura.

O lançamento da Estratégia, que ocorreu na conferência realizada na semana passada na África do Sul, elevou os desafios para os sistemas alimentares com a assinatura da Declaração do CAADP de Kampala.

Ao intervir no evento, o ministro de Estado da Agricultura do Uganda e presidente do Comité Técnico Especializado (CTE) da União Africana sobre Agricultura, Desenvolvimento Rural, Água e Meio Ambiente (ARDWE), Honorável Bwino, afirmou que é a terceira de uma série de estratégias do CAADP, tendo a primeira sido adoptada na Declaração de Maputo, em 2003, a segunda na Declaração de Malabo, em 2014, e agora na Declaração de Kampala do CAADP, de 2025.

Honorável Bwino referiu, ainda, que a responsabilidade de liderar o processo de implementação cabe directamente aos Governos e solicitou às instituições continentais que desempenhem um papel mais amplo de coordenação e monitoramento, envolvendo as partes interessadas mais importantes em todas as etapas.

"Há aspectos-chave do CAADP, como a abertura de mercado, desenvolvimento de infra-estruturas ou controlo de pragas e doenças, que são melhor administrados por meio da colaboração entre países, daí a necessidade de as Comunidades Económicas Regionais (CERs) desempenharem o papel de liderança", ressaltou.

Para o comissário da União Africana para a Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Meio Ambiente Sustentável (ARBE), Moses Vilakati, a nova Estratégia e Plano de Acção do CAADP 2025-2036 marca uma mudança significativa em direcção à transformação dos sistemas agroalimentares do continente.

"Reconhecemos que a agricultura não se resume apenas à produção, mas à criação de um sistema holístico que abrange a produção, processamento, distribuição e consumo. Prevê também sistemas agro-alimentares sustentáveis e resilientes para uma África saudável e próspera", afirmou.

O ministro da Agricultura da África do Sul, John Steenhuisen, desafiou os líderes do continente a investirem e a cumprirem os compromissos assumidos com um plano continental que vai permitir que o continente se auto-alimente numa década.

O continente, acrescentou, deve eliminar distorções e resolver as falhas de mercado que impedem a adopção de tecnologias como parte dos esforços para impulsionar o crescimento e a produtividade agrícola, ao mesmo tempo em

que aumenta o nível e a eficiência dos investimentos do sector para um impacto mais amplo. "O sistema agro-alimentar requer tecnologias inovadoras para se adaptar adequadamente às condições sociais locais e ser actualizado em resposta a factores ambientais, como a co-evolução de pragas e doenças, a degradação dos recursos hídricos e terrestres e as mudanças climáticas", sustentou John Steenhuisen. (J.A.)++++

Conferência Nacional discute Justiça Juvenil

Luanda acolhe, amanhã, a Conferência Nacional sobre a Protecção Jurisdicional da Criança em contacto com o sistema de justiça. O evento, que decorre no município de Talatona, visa traçar estratégias para a criação de Salas de Justiça Juvenil em todas as comarcas do país.

A iniciativa promovida pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial (CSMJ) com apoio técnico do UNICEF, resulta da constatação de que apenas quatro províncias, Luanda, Moxico, Malanje e Huíla, dispõem, actualmente, dessas estruturas especializadas.

De acordo com o juiz presidente do Tribunal da Comarca de Luanda, João Bessa, a conferência visa colmatar lacunas na protecção de menores, quer em situação de risco social, quer em conflito com a lei. "A criação de Salas de Justiça Juvenil deve ser entendida como uma responsabilidade estratégica do Estado, dos governos provinciais e das instituições judiciais.

É um imperativo legal e social", afirmou. O magistrado destacou que, na ausência de estruturas especializadas, os juízes presidentes das comarcas assumem interinamente a tutela dos casos envolvendo menores, em nome da tutela jurisdicional efectiva.

No entanto, defendeu que esta é uma solução transitória e sublinhou que a lei "exige a existência de juízes,

procuradores e técnicos especializados em justiça juvenil”. Um dos pontos centrais do debate será a implementação da Lei Especial do Julgado de Menores (Lei n.º 9/96) que, embora exista desde 1996, continua pouco conhecida e aplicada.

“Queremos garantir que todas as comarcas tenham capacidade técnica e material para lidar com os casos de crianças em conflito com a lei e vítimas de violência, nomeadamente sexual”, declarou.

João Bessa referiu, ainda, que se espera pela elaboração de um documento estratégico orientador, com medidas concretas para a expansão das salas de justiça juvenil, incluindo a formação de peritos assessores, como psicólogos, sociólogos e conselheiros comunitários, cuja função é apoiar o juiz na tomada de decisões adequadas à realidade social do menor.

A conferência vai reunir magistrados, representantes da Assembleia Nacional, governos provinciais, instituições sociais e da sociedade civil.

Tramitação de casos de abuso sexual de menores

Sobre os desafios enfrentados na tramitação de casos de abuso sexual de menores, o juiz João Bessa alertou para a dificuldade no processo de recolha de provas. “A estigmatização das vítimas leva, muitas vezes, à destruição de elementos cruciais, como vestes ou provas laboratoriais. É necessário um esforço de sensibilização social”, afirmou.

O magistrado referiu, também, que em muitos casos a quantidade de denúncias registadas não corresponde ao número de processos que chegam à fase judicial, devido à insuficiência de provas ou à aplicação do princípio da presunção de inocência.

João Bessa reforçou que a conferência constitui uma oportunidade para redefinir o papel do Estado na protecção das crianças em contacto com a justiça. “A adolescência é

uma fase vulnerável. A justiça deve prevenir antes de punir. Investir na criação de estruturas adequadas e medidas alternativas à privação de liberdade é a via para garantir reinserção e justiça verdadeira”, concluiu.

A Conferência Nacional sobre a Protecção Jurisdicional da Criança em contacto com o sistema de justiça está estruturada em quatro sessões, sendo que a primeira está virada para a análise da situação das Salas de Justiça Juvenil nas províncias de Luanda, Huíla, Malanje e Moxico, com foco na protecção social de crianças vítimas de violência e na aplicação de medidas de prevenção criminal. (J.A.)++++

Novos preços de energia e água visam cobrir custos

Os novos preços da energia e da água, aprovados pelo Instituto Regulador dos Serviços dos dois sectores, na sequência do Decreto Presidencial n.º 178/20, que define os níveis de receita para cada empresa, visam cobrir os custos operacionais de manutenção e os investimentos realizados ao longo do Ciclo Tarifário 2025-2028.

De acordo com um despacho do Instituto Regulador, publicado em Diário da República de 5 de Maio, a nova tabela tarifária da electricidade e da água justifica-se pela necessidade de assegurar que as empresas reguladas disponham de recursos financeiros adequados que lhes permitam garantir aos consumidores um serviço público cada vez mais contínuo, seguro e de qualidade, em todo o território nacional.

“Atendendo o Ciclo Tarifário 2025-2028, cumpre aprovar a Receita Anual Requerida que garanta a sustentabilidade económico-financeira das Empresas Reguladas”, lê-se no despacho assinado pelo presidente do Conselho de Administração do Instituto Regulador dos Serviços de Electricidade e de Água (IRSEA), Luís Mourão Garcês da Silva.

A nova tabela tarifária, aprovada após auscultação das empresas reguladas, descreve o documento, estipula a Receita Anual Requerida, calculada nos termos do artigo 7.º do Regulamento do Tarifário, sobre a remuneração dos investimentos, os custos operacionais e de manutenção eficientes e a depreciação no período.

A Receita Anual Requerida fixada para o Ciclo Tarifário 2025-2028 visa garantir condições para o exercício às empresas públicas PRODEL, RNT e ENDE, sem prejuízo dos eventuais reajustes ou revisões, nos termos previstos no Regulamento do Tarifário.

As Tarifas do Serviço de Electricidade, refere o despacho do IRSEA, podem ser actualizadas trimestralmente, com base na Receita Anual Requerida das empresas aprovada pela Entidade Reguladora do Sector Eléctrico, devendo ser homologados pelo Ministério das Finanças.

O cálculo das tarifas, de acordo, ainda, com o documento, que incorpora o Custo da Função Reguladora, a tarifa aplicada a uma tensão inferior a 1 KV, Baixa Tensão (BT), para consumo doméstico com potência contratada até 1,3 KVA, designada BT — Doméstica Social I (BTDSI), é fixada em Kz/KWh 3,20.

Regimes especiais de venda

Os regimes de venda de energia eléctrica, mediante contratos especiais ou bilaterais, entre operadores, produtores, distribuidores e esses com clientes finais, nos termos estabelecidos no Regulamento do Tarifário, serão autorizados pela Entidade Reguladora do Sector.

A prática das tarifas mencionadas está condicionada à celebração de Contrato de Fornecimento de Energia Eléctrica, nos termos do Código Civil Angolano, constando a identificação e a morada do consumidor, assim como o tipo

de escalão ou categoria de consumo, com o máximo previsto, a potência contratada e a finalidade do mesmo.

Abastecimento de água

A aprovação do Regulamento do Tarifário dos Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais, pelo Decreto Presidencial n.º 255/20, de 7 de Outubro, determina a adopção da metodologia da Receita Requerida (RAR) e define os níveis de receita para cada Entidade Gestora que presta o serviço de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais dos sistemas de abastecimento públicos.

O documento esclarece que o tarifário dos serviços de água leva em consideração a necessidade de garantir às Entidades Gestoras recursos financeiros suficientes para a cobertura dos custos operacionais, de manutenção e de investimentos realizados durante o Ciclo Tarifário 2025-2028 e, por conseguinte, proporcionar, igualmente, um serviço público cada vez mais contínuo, seguro e de qualidade.

A Receita, lê-se no despacho, é calculada nos termos do artigo 10.º do Regulamento do Tarifário, que inscreve a remuneração dos investimentos, os custos operacionais e de manutenção eficientes e a depreciação no período em referência.

O despacho refere que são partes integrantes as Empresas Públicas de Águas e Saneamento do Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuando e Cubango, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Cunene, Huambo, Huíla, Luanda, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire. (J.A.)++++

Serviços de Comunicação Institucional e Imprensa da Embaixada da República de Angola na República Portuguesa, 12 de Maio de 2025.-